

Pagu editora: trabalho intelectual e projeto político em *O Homem do Povo* (1931)

Samara Akemi Saraiva

Universidade Federal de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Recebido em: 30 jan. 2026

Aprovado em: 18 ago. 2026

Publicado em: 31 ago. 2026

Resumo

Este artigo analisa a atuação de Patrícia Rehder Galvão (1910-1962), no jornal *O Homem do Povo* (1931), com ênfase em seu papel como idealizadora e agente central da concepção editorial do periódico. Embora a participação da escritora e jornalista, comumente conhecida como Pagu, nesse jornal seja amplamente reconhecida, sobretudo em razão de sua coluna polêmica “A Mulher do Povo”, seu envolvimento na formulação e direção do projeto editorial ainda permanece pouco explorado pela historiografia. Argumenta-se que sua atuação foi significativamente mais ampla e estratégica do que aquela geralmente atribuída à condição de colunista. Além de assinar a coluna “A Mulher do Povo”, na qual dirigia críticas à burguesia paulistana e defendia um projeto de emancipação feminina articulado aos ideais marxistas, Pagu contribuiu de maneira decisiva para o jornal por meio da produção de ilustrações, vinhetas, títulos, charges e artigos publicados sob diferentes pseudônimos, evidenciando sua centralidade na construção discursiva e visual do periódico. De curta duração, *O Homem do Povo* foi encerrado após o empastelamento de sua redação por estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que se sentiram atingidos pelos editoriais assinados por Oswald de Andrade e pela própria Pagu, episódio que explicita o engajamento político do jornal no contexto paulistano do período. Ancorado na perspectiva da história social da cultura, o artigo compreende o jornalismo como uma forma de trabalho intelectual concreto, por meio da qual Patrícia Galvão interveio ativamente nos debates políticos e culturais de seu tempo.

Palavras-chave: Patrícia Galvão; O Homem do Povo; A Mulher do Povo.

* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Integra os grupos de pesquisa História Social da Cultura: Literatura, Imprensa e Sociedade (UNIFESP) e História, Literatura e Sociedade (UFSC), ambos cadastrados no CNPq. Atua como professora de História na rede pública estadual de São Paulo. E-mail: samara.akemi@unifesp.br

 <https://orcid.org/0000-0001-5090-7119>

 <http://lattes.cnpq.br/0412327739426842>

Pagu, the Publisher: Intellectual Labor and Political Project in *O Homem do Povo* (1931)

Samara Akemi Saraiva

Federal University of São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brazil

Received: 30th Jan. 2026

Approved: 18th Aug. 2024

Published: 31st Aug. 2026

Abstract

This article analyzes the work of Patrícia Rehder Galvão (1910-1962) at the newspaper *O Homem do Povo* (1931), emphasizing her role as the initiator and a central figure in the publication's editorial conception. Although the participation of the writer and journalist, commonly known as Pagu, in this newspaper is widely recognized, particularly due to her controversial column "A Mulher do Povo" (The Woman of the People), her involvement in formulating and directing the editorial project remains under-explored in historiography. It is argued here that her role was significantly broader and more strategic than that usually attributed to a mere columnist. Beyond writing "A Mulher do Povo", in which she criticized the São Paulo bourgeoisie and advocated for a project of female emancipation linked to Marxist ideals, Pagu made decisive contributions to the paper by producing illustrations, vignettes, headlines, cartoons, and articles published under various pseudonyms, demonstrating her central importance to the publication's discursive and visual construction. *O Homem do Povo* was short-lived; it ceased publication after its offices were ransacked by students from the Largo São Francisco Law School who took offense at editorials signed by Oswald de Andrade and Pagu herself, an episode that highlights the newspaper's political engagement within the context of São Paulo at the time. Grounded in the perspective of the social history of culture, this article views journalism as a form of concrete intellectual labor through which Patrícia Galvão actively intervened in the political and cultural debates of her era.

Keywords: Patrícia Galvão; *O Homem do Povo*; *A Mulher do Povo*.

* PhD candidate in Social History at the Federal University of São Paulo (UNIFESP). She is a member of the research groups Social History of Culture: Literature, Press, and Society (UNIFESP) and History, Literature, and Society (UFSC), both registered with CNPq. She works as a History teacher in the São Paulo state public school system. Email: samara.akemi@unifesp.br

 <https://orcid.org/0000-0001-5090-7119>

 <http://lattes.cnpq.br/0412327739426842>

Introdução

Têm sido diversos os ângulos, abordagens e perspectivas adotados nas análises da intensa vida pessoal e política, bem como da produção de Patrícia Rehder Galvão (1910-1962). Desde o lançamento, em 1982, da obra de Augusto de Campos, já consagrada como referência clássica sobre o tema, *Pagu: vida-obra*, as pesquisas dedicadas à escritora, jornalista e militante, têm buscado dar continuidade à tarefa proposta por Campos: a de “desmuseificar” Patrícia Galvão e “buscar, nas páginas perdidas dos jornais, os traços de um retrato ainda nebuloso, mas pontilhado de luzes” (Campos, 2014, p. 28). Este artigo insere-se nesse conjunto de análises, buscando contribuir para o aprofundamento crítico sobre a produção e a trajetória da escritora¹.

Patrícia Rehder Galvão, popularmente conhecida como Pagu, foi uma importante escritora do século XX e uma figura política ativa em acontecimentos decisivos do início da história republicana brasileira. Militante comunista, foi presa algumas vezes em decorrência de sua atuação junto ao Partido Comunista do Brasil - PCB². Relatos sobre sua vida, nos contam que desde muito jovem, esteve associada a uma imagem considerada polêmica, sobretudo por contestar a “ordem” e a “moral” de seu tempo (Campos, 2014, pp. 354-359). Ao longo da construção de sua trajetória na história do país, essa postura contribuiu para a produção de distorções recorrentes em torno de sua imagem pública, favorecendo, conseqüentemente, a construção de um mito a seu respeito (Rocha e Lana, 2018). Ainda que tenha falecido precocemente, aos 52 anos, Patrícia Galvão deixou uma produção escrita extensa, publicada em diversos

1 O presente artigo constitui um desdobramento da dissertação de mestrado defendida em abril de 2025 no (PPGH/UNIFESP), que investigou a formação intelectual de Patrícia Galvão. Para a compreensão da origem e do desenvolvimento deste recorte, ver: SARAIVA, Samara Akemi. *Das ideias à ação e da ação às ideias: a formação intelectual de Patrícia Galvão (1931-1946)*. 2025. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/items/4fbbfc2d-a9ba-4f9d-9364-4c7c8e3094f4>>. Acesso em: 19/08/2026.

2 Embora a denominação Partido Comunista do Brasil e a sigla PCB tenham identificado a mesma organização desde sua fundação, em 1922, até a cisão ocorrida no início da década de 1960, posteriormente passou a existir uma distinção entre nome e sigla. O grupo que reivindicava a continuidade histórica da organização fundada em 1922 adotou a denominação Partido Comunista Brasileiro (PCB), preservando a sigla. Por sua vez, o grupo dissidente manteve a denominação original, Partido Comunista do Brasil, passando a utilizar a sigla PCdoB. Como este trabalho analisa o período compreendido entre 1931 e 1946, será empregada a nomenclatura vigente à época, isto é, Partido Comunista do Brasil (PCB). Para saber mais informações sobre as transformações do nome e sigla do partido, conferir verbete histórico escrito por Alzira Alves de Abreu. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/partido-comunista-do-brasil>>. Acesso em: 19/08/2026.

jornais brasileiros, além de dois romances centrais para a literatura do século XX: *Parque Industrial*, obra que denuncia as condições de trabalho das mulheres operárias paulistas no início do processo de industrialização do país, e *A Famosa Revista*, romance de caráter crítico que expõe os perigos dos desvios revolucionários no interior da Internacional Comunista sob a liderança de Josef Stalin.

No entanto, por muito tempo, foram os olhares reducionistas sobre suas experiências pessoais que prevaleceram na construção de sua imagem pública. Seus envolvimento amoroso e sua recusa em se submeter aos ditames de uma sociedade patriarcal, marcada pelo controle dos corpos femininos, acabaram por obscurecer a relevância de sua atuação política e intelectual. É precisamente essa leitura distorcida que os estudos mais recentes têm buscado contestar, ao reafirmar Patrícia Galvão como uma personagem central da vida política e do desenvolvimento cultural brasileiro. Este trabalho analisa a ampla participação de Patrícia Galvão em *O Homem do Povo* (1931) com ênfase em seu papel como idealizadora e articuladora do respectivo projeto editorial. Embora sua atuação nesse jornal seja reconhecida, sobretudo por sua coluna “A Mulher do Povo”, ainda é pouco explorada sua intervenção estratégica na concepção editorial, na coordenação de conteúdos e na definição das linhas ideológicas e estéticas desta publicação.

Esta análise parte dos pressupostos teóricos-metodológicos da história social da cultura, campo que compreende a escrita simultaneamente como produto das condições históricas e sociais de seu tempo e como prática capaz de intervir na realidade em que se insere. Nessa perspectiva, a produção intelectual não é concebida como resultado de uma atividade exclusivamente individual, mas como um trabalho desenvolvido a partir de instrumentos, procedimentos e espaços de atuação historicamente constituídos. Esse enquadramento, recorre-se especialmente ao *materialismo cultural* de Raymond Williams, cuja contribuição à crítica marxista da cultura reside, entre outros aspectos, na formulação de uma abordagem voltada às especificidades da produção cultural no interior do materialismo histórico. A partir dessa perspectiva, as relações entre base e superestrutura não são compreendidas em termos de um mero reflexo, mas como dimensões articuladas e dinâmicas. A base, nesse sentido, não se restringe à esfera econômica, mas abrange a produção material e social da vida; a superestrutura, por sua vez, deixa de ser entendida como uma

dimensão simplesmente derivada e passa a ser analisada como um campo de práticas culturais em permanente relação com as demais dimensões da vida social (Williams, 2011a, pp. 43-68).

Esse deslocamento teórico permite compreender a cultura, incluindo o trabalho intelectual, a escrita e a produção jornalística, como parte constitutiva dos processos de produção dos modos de vida. A escrita, portanto, não é tomada como manifestação de uma individualidade criadora isolada, mas como resultado de práticas concretas, inscritas em condições históricas, sociais e intelectuais determinadas. Nesse quadro, a reflexão de Williams sobre a figura do “gênio criador” assume particular importância para esta análise. Ela permite interpretar a atuação de Patrícia Galvão como colunista, editora e formuladora de *O Homem do Povo* não como expressão de escolhas individuais desvinculadas de seu contexto, mas como práticas intelectuais e políticas constituídas na relação com as condições e disputas de seu tempo. Desse modo, suas escolhas de atuação são analisadas a partir das relações entre produção intelectual, experiência social, modos de trabalho e contexto histórico, evitando tanto a redução de sua obra às circunstâncias externas quanto a interpretação de sua trajetória como resultado exclusivo de uma autonomia individual (Williams, 2011b, pp. 54-72).

Considerando que nossa fonte principal é a imprensa, a análise de *O Homem do Povo* será desenvolvida a partir das contribuições teórico-metodológicas de Tania Regina de Luca e Maria Helena Capelato. O periódico será compreendido como objeto histórico, considerando sua materialidade, organização editorial, circulação, relações com o mercado e formas de interação com o público (Luca, 2008, pp. 111-155). Serão igualmente observados os grupos e sujeitos envolvidos em sua produção, bem como seus vínculos políticos, econômicos e culturais. Nessa perspectiva, o jornal é entendido como espaço de produção e disputa de discursos e representações, permitindo analisar as condições históricas de produção e circulação dos conteúdos publicados (Capelato, 2015, pp. 114-136).

Um olhar além das colunas: A atuação editorial de Patrícia Galvão em *O Homem do Povo*

Em 1931, na cidade de São Paulo, Patrícia Galvão e Oswald de Andrade iniciaram a publicação do jornal *O Homem do Povo*, de orientação político-revolucionária marxista, pouco antes de sua filiação ao PCB. A edição do periódico funcionava no Palacete Rolim, na Praça da Sé, e seu formato era em tabloide, com seis páginas³. A equipe editorial, apresentada na primeira capa do periódico, era composta por Álvaro Duarte (editor), Pagu e Queiroz Lima (secretários), e Oswald de Andrade, sob o pseudônimo “O Homem do Povo”, como diretor. Lançado no dia 27 de março, o jornal anunciou que pretendia circular três vezes por semana. Sua trajetória, entretanto, foi breve: após a publicação de um texto de Oswald de Andrade crítico à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, a edição nº 8 teve sua circulação interrompida, culminando no empastelamento da redação por estudantes e no fechamento definitivo do jornal pela polícia (Campos, 2009, p. 56).

As oito edições lançadas do jornal foram organizadas em seções fixas e recorrentes. Entre elas, destacava-se “a cidade, o paiz, o planeta”, publicada na primeira página, que reunia acontecimentos gerais e incluía o editorial assinado pelo “Homem do Povo”. A seção “A Mulher do Povo”, de autoria de Patrícia Galvão, esteve presente de forma contínua na segunda página. Já “pamphleto e doutrina” reunia artigos de caráter político e econômico, incorporando também o “barometro econômico”. A seção “Palco, Tela e Picadeiro”, dedicava-se a temas relacionados ao cinema, ao teatro e ao circo. “Esportes no mundo e na ponte grande” abordava assuntos esportivos, enquanto “summario do mundo” veiculava notícias e artigos sobre acontecimentos internacionais. O jornal incluía ainda a tirinha “malakabeça fanika e kabelluda”, que narrava a história de uma jovem revolucionária criada por seus tios, bem como “O folhetim do Homem do Povo”, com a narrativa ficcional “no paiz da gente nua”, centrada na viagem de um francês a um campo de nudismo na Alemanha. Por fim, a seção “hontem, hoje, amanha” apresentava fatos gerais, notícias e política.

3 Para este artigo a consulta ao jornal foi realizada através da sua publicação fac similar. Conferir em: ANDRADE, Oswald de; GALVÃO, Patrícia. *O Homem do Povo: coleção completa e fac-similar do jornal criado e dirigido por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu)*. 3. ed. São Paulo: Globo; Museu Lasar Segall; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

A política constituiu o eixo central de *O Homem do Povo*. O jornal promovia ataques diretos à burguesia paulistana e nacional, ao imperialismo, ao clericalismo e às autoridades da Igreja, bem como às instituições do Estado e da família. Em contraposição, a União Soviética, o povo e a classe trabalhadora eram reiteradamente exaltados, com reconhecimento de seu papel no processo revolucionário. Ainda assim, o impresso não se limitou ao debate político estrito, dedicando-se também à reflexão sobre o campo cultural e sua função social, à produção de ideias, ao debate intelectual, bem como aos acontecimentos da cidade de São Paulo e às suas principais figuras públicas.

Para além da divulgação de notícias, o jornal empenhou-se na elaboração de análises críticas acerca dos principais eventos do cenário nacional e internacional. Embora formalmente identificada como secretária do jornal, Patrícia Galvão, em um período de intenso engajamento com as teorias marxistas e de firme convicção na construção de uma nova sociedade por meio do comunismo, exerceu múltiplas funções em *O Homem do Povo*. Entre suas atribuições estavam o atendimento às correspondências encaminhadas à redação, a elaboração da maior parte das charges, títulos e propagandas publicadas, a criação da história em quadrinhos “malakabeça fanika e kabelluda, a possível autoria da coluna de moda “A tezoura popular” e a condução da seção “Palco, Tela e Picadeiro”. Além disso, Patrícia Galvão colaborou com artigos livres voltados à análise de questões sociais e políticas, ora assinados, ora publicados de forma anônima, recorrendo também ao uso de diversos pseudônimos, entre os quais se destacam Brequinha, Cobra, G. Léa, Irman Paula, K. B. Luda, Peste. P. e, possivelmente, Chiquinha Del’Oso (Campos, 2009, p. 57).

Nesse conjunto de contribuições, a coluna “A Mulher do Povo” destacou-se como a expressão mais significativa de sua participação no projeto editorial do periódico. Funcionando como um contraponto feminino à figura do *Homem do Povo*, a seção abordava uma ampla gama de temas a partir da perspectiva e da experiência das mulheres. Assim como o *Homem do Povo*, a coluna de Pagu tratava de questões relativas à economia, à política e aos costumes, porém direcionando sua interlocução especificamente ao público feminino. O recorte de gênero adotado não a afastava dos eixos centrais do jornal; ao contrário, configurava-se como um dos pilares de sustentação do próprio projeto editorial do periódico. Na coluna foram discutidos

temas como os desdobramentos da crise econômica de 1929, a crescente descrença no liberalismo amplamente difundido pelos ideais republicanos, a exploração da força de trabalho no processo de industrialização do país, a ascensão do fascismo no Brasil e no cenário internacional, bem como questões relativas à moralidade da sociedade brasileira. Esses debates incorporavam ainda reflexões sobre as especificidades das experiências das mulheres trabalhadoras, inserindo-se em uma disputa intensa entre diferentes projetos políticos de emancipação feminina no Brasil do período.

A forma adotada em *O Homem do Povo* e nos textos de Patrícia Galvão oferece indícios relevantes sobre o público-alvo do periódico. Embora o jornal abordasse temas de caráter popular, como a elevação do custo de vida, a qualidade e os preços do transporte urbano, as condições de trabalho na cidade e as políticas voltadas ao favorecimento da burguesia nacional, a linguagem empregada recorria com frequência a referências literárias, filosóficas e a figuras do meio artístico. Essa escolha estabelecia um diálogo privilegiado com os pares intelectuais de Patrícia Galvão e Oswald de Andrade. Nesse sentido, tanto a escrita do jornal quanto a coluna “A Mulher do Povo” buscavam promover um letramento social voltado à classe intelectual e intervir na disputa em torno do projeto político nacional. Com conhecimento de causa, uma vez que seus editores transitavam nos meios intelectuais e burgueses do período, o jornal tinha como principal alvo a denúncia da manutenção do poder e dos modos de vida da burguesia, em especial da burguesia paulistana. Para tanto, Patrícia Galvão dirigia críticas a figuras públicas ligadas ao meio intelectual e artístico, como Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura e Olívia Penteado. Para a autora, a liquidação urgente dos costumes de uma sociedade burguesa e patriarcal constituía condição necessária à preparação de uma revolução social voltada à emancipação plena das mulheres.

Ao longo das oito edições do jornal, Oswald de Andrade assinou o texto de abertura, em alguns números sob seu próprio nome e, em outros, sob o pseudônimo “O Homem do Povo”. Esses textos assumiram a função de editoriais, antecipando os temas centrais da edição ou destacando questões de maior relevância no contexto imediato. Ao fundir-se à figura de “O Homem do Povo”, ora assumindo explicitamente sua autoria, ora diluindo sua posição na voz coletiva que pretendia representar, Oswald articulava argumentos em defesa de uma revolução social no Brasil. Função editorial análoga pode ser observada na atuação de Patrícia Galvão por meio da coluna “A

Mulher do Povo". Assim como os textos de Oswald, suas intervenções cumpriam papel estruturante no periódico, dialogando diretamente com os editoriais de "O Homem do Povo" ou complementando-os a partir de uma perspectiva própria. De modo geral, os textos caracterizam-se por uma postura marcada por ironia e sarcasmo, orientada por uma crítica contundente de perspectiva marxista voltada tanto às chamadas "feministas de elite" quanto à classe dominante. Ao longo das oito edições da coluna, destacam-se como eixos recorrentes as discussões sobre: feminismo, moralidade, burguesia e anticlericalismo. Nesse espaço, a adesão de Patrícia Galvão ao materialismo histórico-dialético manifesta-se de forma explícita; contudo, sua escrita nem sempre se apresenta de modo imediato ou acessível, uma vez que a autora recorre com frequência a alegorias e a referências literárias, políticas e sociais próprias de seu contexto histórico.

Por exemplo, na edição inaugural do jornal, Oswald de Andrade apresentou seu programa editorial e explicitou uma orientação política e econômica inspirada nos princípios que nortearam a Revolução Russa e seu processo de desenvolvimento. Nesse texto, identificou como principal entrave ao processo revolucionário brasileiro a permanência de estruturas herdadas da condição colonial. Para Oswald, o país permanecia subordinado ao capital estrangeiro e incapaz de explorar plenamente suas próprias potencialidades econômicas. Tal situação seria resultado dos interesses de determinados setores da burguesia nacional, especialmente a paulista, que buscavam preservar essa dependência por meio da manutenção de privilégios econômicos, em detrimento da redução das desigualdades sociais, da valorização do trabalhador brasileiro e do desenvolvimento autônomo do país.

[...] Aqui, os capitais estrangeiros deformaram estranhamente a nossa economia. Dum país que possui a maior reserva de ferro e o mais alto potencial hidráulico, fizeram um país de sobremesa. Café, açúcar, fumo e bananas. Que nos sobrem ao menos as bananas! Os capitais estrangeiros compraram as nossas quedas d'água e criaram um sórdido e meigo urbanismo colonial que passou a ser o que eles queriam - um dos melhores mercados para os seus produtos e chocalhos. Sendo assim, o ouro entra pelo café e sai pelo escapamento dos automóveis. Gastamos trezentos mil contos por ano em pneumáticos, gasolina ou coisa parecida. E a Amazônia da borracha e a baixada do álcool-motor perecem. A nossa capacidade interna de consumo para o café (40 milhões de habitantes) será normalmente de 5 milhões de sacas por ano. Mas quem foi que disse que o paulista ou qualquer outro litorâneo rico jamais se incomodou senão liricamente

com as populações esfomeadas do Nordeste ou com os escravos recentes de Mister Ford? Protegemos o sal da Espanha contra a produção das salinas do Rio Grande do Norte. Comemos maçã da Califórnia, bacalhau e sardinha mas mantemos no mais aviltante dos níveis baixos o produtor das melhores frutas do mundo e o pescador do farto peixe dos nossos rios e do nosso mar. Se não compramos nada dos outros Estados, é mais que lógico que estejamos engasgados com 22 milhões de sacas de café, inclusive a pedra! [...] (ANDRADE, Oswald. *O Homem do Povo*, 1931, n. 1. p. 1.)

Patrícia Galvão, por sua vez, posicionou o papel das mulheres nos impasses sociais do país, em "A Mulher do Povo", apontando dois grupos que, a seu ver, dificultavam o avanço do processo revolucionário e da emancipação da classe trabalhadora: aquelas alheias às questões sociais, voltadas a práticas de embelezamento, relacionamentos e entretenimento, e o que denominava "feminismo de elite", representado por figuras como Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura. Nessa perspectiva, a autora criticava a dissociação entre as demandas femininas e as questões sociais gerais, exemplificada pela defesa do voto feminino, que, à época, excluía a parcela de trabalhadores e trabalhadoras não alfabetizadas, argumentando que tais pautas, isoladas, não enfrentavam os problemas econômico-sociais da maioria trabalhadora. Para Galvão, a participação das mulheres na luta revolucionária era indissociável das questões econômicas e das reivindicações da classe trabalhadora, constituindo elemento central do projeto de transformação social.

Excluída a grande maioria de pequenas burguesas cuja instrução é feita nos livrinhos de beleza, nas palavras estudadas dos meninos de baratinha, nos gestos das artistas de cinema mais em voga ou no ambiente semi familiar dos cocktails modernos - temos a atrapalhar o movimento revolucionário do Brasil uma elitezinha de "João Pessoa" que, sustentada pelo nome de vanguardistas e feministas, berra a favor da liberdade sexual, da maternidade consciente, do direito do voto para "mulheres cultas", achando que a orientação do velho Maltus resolve todos os problemas do mundo. Estas feministas de elite, que negam o voto aos operários e trabalhadores sem instrução, porque não lhes sobra tempo do trabalho forçado a que se têm que entregar para a manutenção dos seus filhos, se esquecem de que a limitação de natalidade quase que já existe mesmo nas classes mais pobres e que os problemas todos da vida econômica e social ainda estão para serem resolvidos. Seria muito engraçado que a ilustre poetisa D. Maria Lacerda de Moura fosse ensinar a lei de Maltus ao Sr. Briand, para que ele evitasse a guerra mundial atirando à boca ávida dos imperialistas gananciosos, um punhado de livros sobre maternidade consciente. Marx já passou um sabão no celibatário Maltus, que desviava o sentido da revolução para um detalhe que a Rússia, por exemplo, já resolveu.

O materialismo solucionando problemas maiores faz com que esse problema desapareça por si. O batalhão "João Pessoa" do feminismo ideológico tem em D. Maria Lacerda de Moura um simples sargento reformista que precisa estender a sua visão para horizontes mais vastos a fim de melhor atuar no próximo Congresso de Sexo (Pagu. *O Homem do Povo*, 1931, n. 1. p. 2).

Tanto Oswald de Andrade quanto Patrícia Galvão estruturavam os editoriais de *O Homem do Povo* a partir de diagnósticos críticos dos principais problemas econômicos e sociais vinculados à burguesia paulistana, estabelecendo, desde a abertura do jornal, os eixos centrais de sua intervenção política. No período de concepção e definição das linhas editoriais de *O Homem do Povo*, Patrícia Galvão encontrava-se em um intenso processo de formação intelectual, fortemente orientado pelo marxismo. Nesse mesmo ano, a escritora filiou-se ao PCB (Ferraz, 2005, pp. 80-81), evidenciando o alinhamento político-ideológico que também atravessa sua produção jornalística. Essa fase de formação é corroborada pela lista de livros apreendidos em sua residência quando Pagu foi presa, em 1936, pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), sob a acusação de "atos de propaganda e atuação comunista", enquadrados como "crime contra a ordem política e social" (Fundo DEOPS/SP. Prontuário 1.053 - Patrícia Galvão). Entre os temas recorrentes que perpassam tanto os artigos publicados na coluna "A Mulher do Povo" quanto, posteriormente, o romance *Parque Industrial*, destaca-se a formulação da ideia de uma "nova mulher" em oposição aos modelos femininos consagrados pela sociedade burguesa. Para Patrícia Galvão, o ideal feminino burguês mostrava-se incompatível com essa nova mulher, concebida como trabalhadora, politicamente consciente e integrada ao processo de transformação revolucionária. Nesse sentido, grande parte de seus textos dedica-se a expor as incoerências e contradições da ordem burguesa e das mulheres que reproduziam seus valores e normas.

A noção de "nova mulher" elaborada por Pagu parece dialogar diretamente com a obra *A nova mulher e a moral sexual*, de Alexandra Kollontai, publicada originalmente em 1918, pouco após a Revolução Russa. No livro, Kollontai desenvolve uma crítica à condição feminina na sociedade burguesa e identifica o surgimento, no final do século XIX, de um novo tipo de mulher, entendida como agente central dos processos históricos de transformação social (Kollontai, 2011). A presença dessa obra entre os livros apreendidos na casa de Pagu em 1936 sugere que ela tenha sido lida durante

seu período de formação intelectual e de elaboração do projeto editorial de *O Homem do Povo*. Tal fato evidencia, ainda, os processos de trabalho intelectual que fundamentaram sua escrita e contribuíram para a consolidação de sua prática como militante (Saraiva, 2025).

Embora a coluna “A Mulher do Povo” constitua a expressão mais visível de sua atuação editorial, a participação de Patrícia Galvão em *O Homem do Povo* não se restringiu à função de colunista do jornal. Sua atuação extrapolou esse espaço, configurando-se como a de uma articuladora do periódico e agente ativa tanto na definição dos conteúdos a serem publicados quanto na formulação das teses políticas defendidas pelo jornal. As questões econômicas e os modos de vida da burguesia, tema central do periódico, também foram abordados por Pagu em outros textos, para além de suas colaborações regulares.

Nesse sentido, é possível atribuir à autora o artigo “cemitério nobre”, publicado sem assinatura na edição nº 1 do jornal (“Cemitério Nobre”. *O Homem do Povo*, 1931, n. 1. p. 6.). Tal hipótese fundamenta-se, primeiramente, no fato do texto ter sido veiculado em conjunto com um desenho de sua autoria, igualmente não assinado, mas portador de traços característicos de sua produção visual. Soma-se a isso a afinidade estilística entre o artigo e os textos assinados por Pagu, notadamente o tom irônico e o ataque direto ao objeto da crítica, no caso, a burguesia paulistana. Ademais, o tema central do texto, seria retomado pela escritora poucos anos depois em outro periódico, desta vez com sua autoria explicitamente declarada, reforçando a plausibilidade dessa atribuição (PAGU. *Diário de Notícias*, 1933, n. 1057, p. 17).

No artigo, Patrícia Galvão comentou uma notícia publicada no jornal *O Tempo* sobre a existência, na cidade de São Paulo, de uma organização hospitalar e funerária destinada a cães de luxo. Assim como faria dois anos mais tarde em texto veiculado no *Diário de Notícias*, a autora comparou a profunda discrepância entre o tratamento dispensado a um ser humano pobre e aquele oferecido a um animal pertencente às elites econômicas. Ao destacar o cuidado médico e os ritos funerários garantidos aos animais da burguesia paulistana, Pagu chamou a atenção para a precariedade da assistência à saúde destinada aos trabalhadores.

[...] Onde está o túmulo do soldado desconhecido da nossa prosperidade? O túmulo do negro que plantou com seu suor e seu sangue os cafezais paulistas? O túmulo do italiano que o sucedeu na

escravatura agrícola. Como se vê, a riqueza paulista só se lembra de perpetuar a memória de seus lambedores (“cemitério nobre”. *O Homem do Povo*, 1931, n. 1, p. 6).

Por meio dessa contraposição, a escritora problematizou as hierarquias sociais às quais a sociedade brasileira se encontrava submetida e que continuavam a se reproduzir mesmo após a morte. A estratificação social no pós-morte emergiu, assim, como tema central do artigo, em diálogo direto com os pressupostos editoriais de *O Homem do Povo*. Ao criticar a burguesia paulistana, Pagu a identificou, tanto como um entrave ao desenvolvimento da revolução brasileira como um agente histórico de perpetuação das desigualdades sociais, seja na vida ou na morte da classe trabalhadora.

Há ainda diversos artigos publicados em *O Homem do Povo* sem autoria atribuída que apresentam afinidades tanto com o estilo de escrita quanto com os temas recorrentes na produção de Patrícia Galvão. Tais textos, contudo, demandam uma análise mais aprofundada para que se possam formular hipóteses mais consistentes acerca de sua possível autoria. Aqui nos propomos a apontar certas aproximações. O artigo “cemitério nobre”, por exemplo, foi publicado na seção “hontem, hoje, amanha” ao lado do texto “Chegou ao Brasil o nosso maior credor” (“Chegou ao Brasil o nosso maior credor”. *O Homem do Povo*, 1931, n. 1. p. 6), igualmente não assinado, sobre a chegada do Príncipe de Gales ao Brasil, tema amplamente abordado por Pagu em diferentes espaços do jornal, como a coluna “A Mulher do Povo”, a história em quadrinhos “malakabeça fanika e kabeluda”, a seção “Palco, Tela e Picadeiro” e a charge “A opinião do Príncipe”, publicada na edição nº 4. Além disso, o texto sobre o Príncipe de Gales apresenta proximidade estilística com os textos da escritora e foi apresentado junto de uma propaganda da coluna “a tezoura popular” que tem relação com Patrícia Galvão. Esses elementos sugerem a possibilidade de que a seção “hontem, hoje, amanha” da edição nº 1 tenha sido integralmente redigida pela escritora.

A coluna “a tezoura popular” constitui igualmente uma incógnita ainda não esclarecida no que se refere à sua autoria. Anunciada por meio de uma propaganda veiculada na edição nº 1 do jornal, na qual se destacava a participação de Chiquinha Dell’Oso (“A tesoura popular”. *O Homem do Povo*, 1931, nº1, p. 6), a coluna foi publicada na edição seguinte, conforme divulgado, ao lado da coluna “A Mulher do Povo”. O

poeta Augusto de Campos sugere que essa suposta “participação” poderia corresponder, na realidade, a um pseudônimo criado por Patrícia Galvão (Campos, 2009, p. 56). Entretanto, os indícios disponíveis apontam para a existência concreta de Chiquinha Dell’Oso, identificada como diretora de uma escola de corte e costura na cidade de São Paulo. Tal hipótese é sustentada pela presença de diversas propagandas dessa escola em jornais paulistanos, incluindo listas de formandas e depoimentos de alunas e familiares, além da divulgação do mesmo endereço mencionado no texto publicado em *O Homem do Povo*. (“32 diplomadas pela Academia de Corte Chiquinha Dell’Oso”. *Correio Paulistano*, 1930, p. 17).

Dell’Oso em “a tezoura popular”, defendeu a necessidade de uma moda brasileira independente dos modelos europeus, valorizando a produção nacional, ao mesmo tempo em que criticou os excessos do consumismo em um contexto de crise econômica. O texto encerrou-se com o anúncio de uma “promoção” destinada aos leitores do jornal. Publicada apenas na edição nº 2 do periódico, a coluna suscita a dúvida quanto à sua natureza: se se tratava de uma propaganda paga dos serviços oferecidos por Chiquinha Dell’Oso ou se Pagu teria mobilizado a figura, então conhecida na cidade, como estratégia para difundir seus próprios ideais, procedimento recorrente na prática editorial de *O Homem do Povo*.

As propagandas integravam a estrutura editorial do periódico, incluindo anúncios de natureza efetivamente comercial. Entre eles, destacou-se a propaganda do Café Paraventi, de propriedade de Celestino Paraventi, industrial do setor de torrefação de café que, apesar de sua origem burguesa, demonstrava simpatia pelas ideias comunistas e possivelmente figurou entre os financiadores do jornal (Carreri, 2015, p. 57). No entanto, o jornal também veiculava propagandas fictícias, como as da Companhia de Bondes Light: “Viaje de preferência nos bondes da LIGHT, os mais confortáveis, os mais baratos”, e as da ferrovia da The São Paulo Railway Company: “Para Santos, tomar sempre os trens da S. Paulo Railway” (“Os monopólios”. *O Homem do Povo*, 1931, ano 1, n. 8, p. 6.). Essas duas peças publicitárias, por exemplo, foram publicadas em uma pequena nota intitulada “Os monopólios”, com a expressão destacada graficamente. A ironia torna-se evidente quando se considera a orientação revolucionária do periódico, que defendia a revolução dos trabalhadores e, portanto, se posicionava criticamente diante das grandes companhias e dos monopólios.

O posicionamento do jornal sobre companhias como a S. Railway e a Light and Power Company esteve explícito, para além do objetivo central do jornal de críticas à burguesia, em alguns artigos de *O Homem do Povo*. No artigo “os amigos da Light”, assinado por Spartacus, pseudônimo de Oswald de Andrade (Campos, 2009, p. 57), conferimos a posição do jornal sobre as investidas dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand contra a Rússia e seu processo revolucionário pós Revolução Russa de 1917. Exaltando os avanços sociais que a Revolução Russa trouxe para a população do país, Spartacus chamou o diretor dos *Diários Associados* de “amigo da Light”, sugerindo que a intenção de Chateaubriand era defender o monopólio das empresas do norte do continente americano contra a possível entrada do petróleo russo no Brasil (Spartacus. *O Homem do Povo*, 1931, p. 3). Outro artigo, publicado sem autoria e intitulado “O Brasil é dos brasileiros?”, desenvolveu uma crítica ampla ao imperialismo que dominava os serviços públicos na América Latina e no Brasil naquele período, mencionando igualmente as empresas S. Railway e a Light and Power Company (“O Brasil é dos brasileiros?”. *O Homem do Povo*, 1931, p. 6).

Para além do fato das propagandas dessas empresas passarem a ser veiculadas no jornal logo após a publicação dos referidos artigos, foi Patrícia Galvão quem ofereceu o indício mais consistente de que tais anúncios se tratavam de propagandas fictícias. Na seção “Correspondência”, a autora respondeu ao questionamento de um leitor identificado como “Viajante” nos seguintes termos: “Mande-nos dizer qual é a outra companhia de bondes onde a gente possa viajar em São Paulo. Não entendem que estamos atacando os monopólios seu besta!” (PAGU. *O Homem do Povo*, 1931, p. 2). Sua fala pode ser a evidência de sua participação nessa incursão, inclusive, pode ter sido a própria escritora a produzir essas propagandas, uma vez que ainda que elas sejam pequenas, o estilo de escrita irônico se assemelha a forma como Pagu compunha seus textos. Ademais, por meio de seus desenhos, é possível observar a atuação de Pagu em outras peças publicitárias do jornal, como a propaganda do Cine Teatro Paramount. Publicada entre as edições 5 e 8, a peça apresenta sua personagem kabelluda sendo agarrada por fanika e impedida de ir ao cinema. Diante da proibição, kabelluda reage, ameaçando a tia: “Se eu não for ao Paramount, fujo de casa” (“o cinema das garotas”. *O Homem do Povo*, 1931, n. 7, p. 3).

Outro espaço de destaque em *O Homem do Povo*, tanto pela relevância gráfica

na diagramação do periódico quanto pela expressiva participação de Patrícia Galvão sob diferentes pseudônimos, foi a seção “Palco, Tela e Picadeiro”. Dedicada ao cinema, ao teatro e ao circo, essa seção constituiu um dos principais locais de intervenção crítica da escritora no campo das artes. Por meio de pseudônimos como G. Léa, Irman Paula e K. B. Luda, Pagu elaborava análises sobre as produções artísticas, comentava a programação dos cinemas e teatros da cidade e compartilhava com os leitores aquilo que acompanhava no universo cultural do período, sempre articulando tais discussões a críticas dirigidas à moralidade burguesa da sociedade brasileira do período.

Na edição nº 1, Pagu abordou os entraves ao desenvolvimento da produção cinematográfica no Brasil, atribuindo-os à moral católica, que ela classificou como “moral caduca”. Segundo a escritora essa moralidade impedia que jovens mulheres realizassem o desejo de se tornarem estrelas de cinema, uma vez que eram socialmente condenadas pela exposição de seus corpos e pelas cenas de beijo em público. Assim, o avanço do cinema nacional estaria condicionado à superação de uma hipocrisia social vigente (LÉA. G. *pseud.* Patrícia Galvão. *O Homem do Povo*, 1931, n. 1. p. 4). Já na edição nº 4, a escritora refletiu sobre o poder de influência exercido pelo cinema na formação da mentalidade das jovens mulheres brasileiras e criticou o modo como, em um país marcado pela moral cristã, essas jovens se espelhavam nas personagens hollywoodianas que buscavam o casamento com homens ricos e atraentes (“Joan Crawford”. *O Homem do Povo*, 1931, n. 4, p. 4). Nas edições nº 5 e nº 7, Pagu aprofundou essa discussão ao tratar do tema da sexualidade no cinema, observando o crescimento de enredos centrados nessa dimensão e afirmando de forma provocativa: “eu quero agora o cinema sexual” (“Freud e o cinema”. *O Homem do Povo*, 1931, n. 5, p. 4; K.B.LUDA. *pseud.* Patrícia Galvão. “cinema sexual”. *O Homem do Povo*, 1931, p. 4). A seção, portanto, configurava-se como mais um espaço a partir do qual a autora criticava a moral burguesa paulistana e a sociedade patriarcal no início do século XX, compreendendo o cinema como um importante agente educativo das jovens mulheres do período. Este pensamento é também evidenciado pela propaganda do Cine Theatro Paramount feita por Patrícia Galvão, nele, a escritora destaca “o cinema das garotas”.

A seção “Palco, Tela e Picadeiro” era frequentemente acompanhada por fotografias e ilustrações de grandes estrelas do cinema, como Lia Torá, Greta Garbo,

Joan Crawford, Maria Jacobini, Marlene Dietrich, Clara Bow e Lilian Harvey, além de uma imagem de destaque do Palhaço Piolin. A presença de Piolin na seção reveste-se de particular importância. Personagem amplamente reconhecido no cenário cultural paulista e constantemente celebrado pelo movimento modernista desde a Semana de Arte Moderna de 1922, Piolin era entendido pelos modernistas como uma síntese da identidade nacional, reunindo elementos do povo, da cultura popular, das tradições, dos hábitos e das práticas culturais brasileiras (Santana, 2022, pp. 1-38). Em *O Homem do Povo*, o palhaço era apresentado como “diretor de cena” de “Palco, Tela e Picadeiro”, sendo plausível atribuir à Pagu a iniciativa desta homenagem.

Piolin mantinha uma relação pessoal com Patrícia Galvão. Segundo relato da própria escritora, foi ele quem lhe revelou, ainda jovem, durante uma visita ao circo em um domingo, que seu professor Mário era, na verdade, o poeta Mário de Andrade, evidenciando a informalidade e a proximidade de sua relação com o artista (GALVÃO, Patrícia. “Depois de amanhã Mário de Andrade”. *Diário de S. Paulo*, 1947, pp. 1-4). Essa admiração se materializou de forma mais explícita na edição nº 6 do jornal, quando Patrícia Galvão, sob o pseudônimo “K. B. Luda”, publicou uma extensa homenagem ao palhaço, declarando-se sua grande amiga e consagrando-o como “o artista do povo”, “o maior artista brasileiro”, “aquele que faz rir” (K.B.LUDA. *pseud.* Patrícia Galvão. *O Homem do Povo*, 1931, n. 6, p. 4).

Outra manifestação significativa da centralidade de Patrícia Galvão no projeto editorial de *O Homem do Povo* e da presença de suas concepções políticas no periódico foi a história em quadrinhos “malakabeça, fanika e kabelluda”. Publicada em todas as edições do jornal, a tirinha narrava a trajetória de kabelluda, uma jovem revolucionária criada por seus tios, malakabeça e fanika. A primeira edição da tirinha foi assinada por “Peste” mais um dos pseudônimos de Patrícia Galvão, e na edição de n. 6, com teor um pouco mais pessoal, vemos um “P” no canto direito ao final, certamente de “Patrícia, Pagu e Peste” (Campos, 2009, p. 58). Com exceção da edição nº 1, em que foi veiculada na quinta página, a história em quadrinhos ocupava a última página do jornal, encerrando cada número, o que reforça sua relevância editorial. Articulando crítica política e elementos autobiográficos, “malakabeça, fanika e kabelluda” integrou o conjunto das produções de Pagu no periódico voltadas à defesa da emancipação feminina e da revolução social. O quadrinho também operou como um recurso

metalinguístico do jornal, uma vez que abordou o próprio processo de criação editorial e posicionou a personagem kabelluda diante dos acontecimentos relatados tanto nas reportagens quanto no cotidiano de São Paulo.

A personagem kabelluda apresentava-se como um evidente alter ego de Patrícia Galvão. Sua representação gráfica remetia às características físicas da escritora, enquanto seu nome dialogava diretamente com o pseudônimo K.B. LUDA, utilizado por Pagu no jornal, ambos evocando uma de suas marcas visuais mais reconhecíveis: os cabelos volumosos. O personagem malakabeça, por sua vez, apresentava traços que remetiam a Oswald de Andrade, sobretudo por sua relação com a criação do jornal, embora seja kabelluda quem o convenceu a fundar o periódico. Já fanika pode ser interpretada como uma representação ficcional da relação tensa entre Tarsila do Amaral e Patrícia Galvão, especialmente após o acolhimento de Pagu pelo casal e seu envolvimento com Oswald de Andrade, à época ainda casado com Tarsila. Na edição nº 2, malakabeça e fanika são apresentados como um casal sem filhos que recebe da cegonha uma sobrinha pobre, kabelluda. Sua chegada, contudo, introduz uma tensão na relação do casal, tornando-se o eixo de conflitos que atravessam a narrativa e parecem remeter, de maneira satírica, às relações pessoais que envolviam as figuras representadas pelas personagens.

Antes de seu engajamento sistemático na militância política, Patrícia Galvão iniciou sua trajetória no campo das artes visuais em 1929, com a publicação de alguns de seus desenhos na chamada “segunda dentição” da *Revista de Antropofagia* (*Diário de S. Paulo*, 1929, 2º n., p.2). Influenciada pela produção de Tarsila do Amaral, a quem reconhecia como uma de suas principais referências artísticas (Campos, 2014, pp.110-111), Pagu destacou-se pela criação visual ainda no final da década de 1920. Além da história em quadrinhos “malakabeça, fanika e kabelluda” e das ilustrações publicadas na *Revista de Antropofagia*, a artista produziu dois trabalhos visuais: *Álbum de Pagu: nascimento, vida, paixão e morte* (1929) e *Croquis de Pagu, 1929–agosto*.

Seu trabalho artístico em *O Homem do Povo*, particularmente por meio da história em quadrinhos “malakabeça, fanika e kabelluda”, apresenta ainda uma especificidade relevante. Conforme aponta Jasmin Wrobel, Patrícia Galvão figura entre as pioneiras da criação de histórias em quadrinhos não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, ao lado de artistas como Nair de Teffé e Hilde Weber:

Se entendermos a arte dos quadrinhos de forma mais estrita como arte sequencial como definido por Will Eisner e Scott McCloud, especialmente a tira cômica malakabeça fanika kabelluda pode ser vista como uma das primeiras manifestações de HQ com autoria feminina no Brasil o que distingue a obra de Pagu também de Nair de Teffé e Hilde Weber que desenharam, em grande parte, caricaturas e charges políticas. Uma exceção importante é a tira diária “Seu Tribulinho”, publicada por Hilde Weber no jornal Tribuna na imprensa a partir de 1950 (WROBEL, 2025, pp. 91-137).

O quadrinho “malakabeça fanika e kabelluda” integrou de forma estruturante o projeto editorial concebido por Patrícia Galvão. Por meio desse recurso, a autora satirizou episódios de sua vida privada, que já eram de conhecimento público à época, em razão de seu relacionamento conturbado com Oswald de Andrade enquanto este ainda era casado com Tarsila do Amaral, ao mesmo tempo em que ironizou a hipocrisia e os códigos morais da sociedade burguesa do período. A personagem kabelluda tornou-se, assim, mais um veículo para a propagação de seus ideais revolucionários.

É particularmente significativo que, ao satirizar acontecimentos do cotidiano, como a chegada do Príncipe de Gales ao Brasil, Patrícia Galvão tenha acabado por antecipar episódios que viriam a se concretizar em sua própria trajetória. Na primeira edição dos quadrinhos, a personagem kabelluda viaja para Fernando de Noronha após o fechamento do jornal (malakabeça, fanika e kabelluda. *O Homem do Povo*, 1931, n. 1, p. 5); de modo análogo, *O Homem do Povo* foi empastelado após oito edições, levando Oswald de Andrade e Patrícia Galvão a se afastarem da cidade e a seguirem para Montevideu (Ferraz, 2005, p. 75). De forma ainda mais contundente, na edição nº 4, a personagem kabelluda organiza um comício em uma praça, é presa, fuzilada e ressurgue dos mortos (malakabeça, fanika e kabelluda. *O Homem do Povo*, 1931, n. 4, p. 6). Meses depois, a própria Patrícia Galvão vivenciaria uma experiência semelhante. Em 23 de agosto de 1931, o Socorro Vermelho, célula do PCB da qual a escritora fazia parte, promoveu um comício na cidade de Santos-SP. Designada para discursar, Pagu foi interrompida pela repressão policial, que abriu fogo contra os manifestantes. Seu companheiro e amigo Herculano foi baleado e morto, enquanto a escritora foi presa (Ferraz, 2005, p. 75).

Outra característica relevante da história em quadrinhos de Patrícia Galvão foi seu possível diálogo com a produção teórica de Alexandra Kollontai. Assim como ocorre na coluna “A Mulher do Povo”, em “malakabeça fanika e kabelluda” estão

presentes críticas à família, à Igreja, à moral sexual e às normas impostas à sexualidade feminina no interior da sociedade burguesa. Conforme argumenta Jéssica Ferrara (2009, pp. 1-20), a personagem kabelluda corresponde ao modelo de mulher defendido por feministas antielitistas e anticapitalistas, como Alexandra Kollontai, em seus escritos. A autora sugere, ainda, que a grafia do nome kabelluda, foneticamente próxima a Kollontai, pode não ser mera coincidência. kabelluda é apresentada como uma jovem revolucionária que vive com os tios, em oposição direta ao modelo tradicional de mulher, passiva, submissa e confinada à condição de sombra do marido, encarnando, assim, a figura da “nova mulher” que emergia nos debates feministas e revolucionários do início do século XX.

Considerações finais:

O jornal *O Homem do Povo* possui relevância histórica por ter promovido debates sobre os problemas econômico-sociais do período e por ter formulado críticas incisivas à manutenção do poder político e aos modos de vida da burguesia na sociedade brasileira, em especial na cidade de São Paulo, a partir de uma perspectiva marxista. As circunstâncias de seu encerramento constituem uma evidência concreta da inserção efetiva do periódico nos debates públicos paulistanos. Bem como buscamos demonstrar neste artigo, a atuação direta de Patrícia Galvão nesse projeto editorial. É a partir desse episódio que se encerra o presente texto, uma vez que ele sintetiza a dimensão crítica do jornal e reafirma a importância política de Pagu e Oswald de Andrade no contexto intelectual e social paulistano do período.

Conforme já indicado, a coluna “A Mulher do Povo” desempenhava uma função de editorial do periódico, articulando um recorte de gênero que dialogava com o texto de abertura, escrito por Oswald de Andrade. Contudo, apesar de ser pautado pela perspectiva de gênero, seus textos não se dirigiam exclusivamente às mulheres: a coluna também interpelava os homens, atribuindo-lhes responsabilidade na reprodução das desigualdades entre os gêneros e na manutenção das hierarquias sociais vigentes. Nas edições nº 6 e 7, a coluna voltou-se de modo mais incisivo aos homens da burguesia paulistana, em especial aqueles que optaram pela carreira eclesiástica e os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Em

“Saibam ser maricons” (Pagu. *O Homem do Povo*, 1931, n. 6, p. 2), Pagu construiu um texto difícil de ser compreendido em sua totalidade, com uma escrita fortemente irônica e alegórica questionando o comportamento sexual dos padres. Já em “Guris patri-opas”, as críticas assumiram um tom mais direto e abertamente ofensivo contra os estudantes do Largo São Francisco, esta coluna, unida ao texto de abertura de Oswald de Andrade (“As angústias de Piratininga”. *O Homem do Povo*, 1931, n.7, p.1) foram o estopim da confusão para o empastelamento do jornal.

Garnízezinhos esganiçados e petulantes-ovelhas, empanturradas do leite democrático que escorre das tetas amorfas de uma dúzia de cães de fila. Imbecis, alcaïotes agrilhoados e amestrados por essa corja de coronéis civis, que lhes entope de pátrias e opas para que eles com a faixa auri-verde esganiçam vivas a terra dos pais. E tudo em nome de Deus. Filhinhos dos papais ricos, entufados de orgulho porque agrupados num pelotão de mil enterram-se quando acusados, por uma redação de jornal desprevenida e cacarejando empáfia, quebram meia dúzia de cadeiras vazias, numa formidável valentia guerreira. Cretinos das matinês que se aventuram em farranchos meninas a gastar gasolinas inúteis. E na cegueira das façanhas só compreendem boquiabertos e boçais a situação econômica escangalhada, na quebradeira do pai suicida. Continuem a gritar em nome de Deus querubins enriquecidos a custa de espoliação. Que coragem têm ainda estes cachopos da opa, de fazer farras beneficentes para tirar do lucro líquido de uma bagunça cara, uma máquina de escrever para milhares de fomes operárias. Isto é decididamente o cúmulo da vergonha. Dar ao operário um átomo apodrecido do que já tiraram do seu suor numa esmola fundida em corações repletos de sensibilidade e bons sentimentos. Oh! Oh! Oh! Guris idiotas. Não sabem nada do rumor que se levanta diante deles. Protegem os democráticos usurpadores em nome da igreja e não percebem o tumulto esfomeado que se levanta com mãos descarnadas pelo sofrimento, mas fortalecidas por uma ideologia. Farranchinhos infantis que gritam clamores revolucionários, prontinhos para gente enganar. Vem impingir na gente a tapeação da Eucharistia e o respeito pelas pias das tradições do século. Isso tudo será recomendado com carinho e culminado no Santíssimo Sacramento de uma metralhadora (Pagu. “guris patri-opas”. *O Homem do Povo*, 1931, n. 7, p. 2).

O título “Guris patri-opas” aludia diretamente aos estudantes do Largo São Francisco. A expressão combinava dois elementos: “patri”, em referência à pátria, e “opa”, vestimenta semelhante a uma capa sem mangas tradicionalmente associada tanto ao clero quanto aos juristas. Nesse texto, a Igreja Católica figurou novamente como alvo de críticas, uma vez que a Faculdade de Direito mantinha vínculos históricos estreitos com a instituição religiosa. Até 1931, o edifício da faculdade funcionava nas

dependências do Convento de São Francisco, demolido naquele ano para dar lugar a uma nova construção (Universidade de São Paulo, s.d.). Apesar do tom abertamente insultuoso dirigido aos jovens da burguesia paulistana, o motivo central dessas críticas não foi explicitado de forma direta no texto. Tal contexto se esclarece a partir dos acontecimentos ocorridos em 6 de abril de 1931, quando o Centro Acadêmico XI de Agosto promoveu uma assembleia em repúdio à prisão do professor Vicente Rao. Nessa ocasião, os estudantes manifestaram apoio público ao manifesto do Partido Democrático-PD, que formalizou o rompimento com o interventor federal João Alberto (“Os acadêmicos de direito deram ontem mais uma prova de seu acendrado civismo”. *Diário Nacional: A democracia em marcha*, 1931, n. 1147, p. 8).

Após a dissolução da Coluna Prestes, em 1927, os remanescentes do movimento tenentista buscaram reorganizar-se por meio de alianças com oligarquias dissidentes, processo que culminou na aproximação com a Aliança Liberal e na participação na chamada Revolução de 1930, embora não sem tensões internas. Luís Carlos Prestes, já influenciado pelo comunismo e no exílio, criticou duramente essa aliança com setores oligárquicos (Ferreira e Pinto, 2003, pp. 321-322). Com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, foram nomeados interventores federais, entre eles o tenentista João Alberto para o estado de São Paulo, cuja indicação encontrou resistência das oligarquias locais. Paralelamente, a cidade enfrentava os efeitos da crise econômica de 1929, com agravamento das condições de trabalho e mobilização do movimento operário. Nesse contexto, o PD, inicialmente aliado dos tenentes, rompeu com João Alberto em razão de suas políticas trabalhistas e da tolerância à atuação do PCB, conflito intensificado pela deposição e prisão de Vicente Rao, liderança do PD. Esse cenário levou ao rompimento formal entre o PD e o interventor e ao apoio do Centro Acadêmico XI de Agosto ao partido e a Vicente Rao (Carone, 1977, pp. 84-89).

O texto de Patrícia Galvão deixou claro que sua posição não se alinhava nem à defesa de Vicente Rao nem ao PD, mas sim às reivindicações da classe trabalhadora, cujas demandas, em alguma medida, haviam sido reconhecidas pelo interventor João Alberto, bem como à atuação do PCB, cuja legalidade fora momentaneamente restabelecida durante sua gestão. Ainda assim, em uma crítica explicitamente comunista, marcada pelo uso de termos como “espoliação” e referências à violência

repressiva, a autora demonstrou não possuir ilusões quanto às políticas adotadas pelo interventor. Ao afirmar que se tratava de “dar ao operário um átomo apodrecido do que já tiraram do seu suor numa esmola fundida em corações repletos de sensibilidade e bons sentimentos”, Pagu pareceu aludir, de forma irônica, ao reajuste salarial de 5% concedido pelo interventor aos operários paulistas (Carone, 1977, pp. 87). Na mesma edição, foi veiculado o editorial de Oswald de Andrade intitulado “As angústias de Piratininga”, igualmente direcionado aos estudantes do Largo São Francisco. Nesse texto, Oswald formulou críticas convergentes às de Pagu, sustentando que tanto a Faculdade de Direito quanto o café constituíam os principais entraves ao desenvolvimento de São Paulo. A contundência de suas observações causou incômodo entre os estudantes por partir de um ex-aluno da instituição, que questionava o funcionamento de uma instituição já consolidada como espaço tradicional da burguesia paulistana.

A resposta dos estudantes foi rápida. Um grupo dirigiu-se à redação de *O Homem do Povo* com o objetivo de confrontar Oswald e Pagu. De acordo com o jornal *A Gazeta*, o encontro resultou não apenas em discussões acaloradas com os responsáveis pelo periódico, mas também em agressões físicas ao casal (“Na praça da Sé, o diretor e a secretária do ‘Homem do Povo’ foram agredidos”. *A Gazeta*, 1931, n. 7548, p. 10). Os desdobramentos do conflito estenderam-se à edição seguinte do jornal. Nela, Oswald de Andrade voltou a dirigir críticas à Faculdade de Direito (“Isto aqui é Coimbra?”. *O Homem do Povo*, 1931, n. 8, p. 1), enquanto Pagu ampliou o alcance de seus ataques, passando a questionar também outra instituição tradicional da formação feminina paulistana: a Escola Normal e o papel desempenhado pelas normalistas no contexto social da cidade.

As garotas tradicionais que todo o mundo gosta de ver em S. Paulo, risonhas, pintadas, de saia de cor e boi nas vivas. Essa gente que tem uma probabilidade excepcional de reagir como moças contra a mentalidade decadente, estraga tudo e são as maiores e mais abomináveis burguesas velhas. Com um entusiasmo de fogo e uma vibração revolucionária poderiam se quisessem, virar o Brasil e botar o Oyapock perto do Uruguai. Mas D. Burguesinha habita nelas e as transforma em centenas de inimigas da sinceridade. E não raro se zangam e descem do bonde, se sobe nele uma mulher do povo, escura de trabalho. A gente que as vê em um bandinho risonho pensa que estão forjando alguma coisa sensacional, assim como entrarem em grupo na Igreja de S. Bento, derrubar altar, padre estoia, sacristia...

Nada disso. Ou comentam um tango idiota numa fita imbecil ou deturpam os fatos escandalosos, de uma guria mais sincera, em luta corporal com o controle cristão. Agrupam-se para abandoná-la. A camarada tem que andar sozinha... É uma imoralidade... Ao menos, se fizessem escondido... É isso mesmo o que elas fazem Eu, que sempre tive a reprovação delas todas; eu, que não mentia, com as minhas atitudes, com as minhas palavras, e com a minha convicção; eu que era uma revolucionária constante no meio delas, eu que as aborrecia e as abandonada voluntariamente enojada da sua hipocrisia, as via muitíssimas vezes protestar com violência contra uma verdade, as via também com o rosto enfiado na bolsa escolar e pernas reconhecíveis e trêmulas subirem as baratas impassíveis para uma garçoniére vulgar. Ignorantes da vida e do nosso tempo! Pobres garotas encurraladas em matinees oscilante, semi-aventuras, e clubes cretinos. Avariadas umas pelas outras, amedrontadas com a opinião, azoando preconceitos e corvejando disparates, se recalcam as formadoras de homens numa senda inteiramente incompatível com os nossos dias. E vão estragar com os ensinamentos falsos e moralistas a nova geração que se prepara. É caso de polícia! O governo como bom revolucionário que se diz, deveria intervir com uma dezena de grilos numas visitinhas pela casa corruptora. Com uma dúzia de palmadas elas se integrariam no verdadeiro caminho. Acho bom Vocês se modificarem pois que no dia da reivindicação social que virá, vocês servirão de lenha para a fogueira transformadora. Se Vocês, em vez dos livros deturpados que leem, e dos beijos sífilíticos de meninotes desclassificados, voltassem um poucos olhos para a avalanche revolucionária que se forma em todo o mundo e estudassem, mas estudassem de fato, para compreender o... que se passa no momento, poderiam com uma convicção de verdadeiras proletárias, que não querem ser, assar uma rasteira nas velharias enferrujadas que resistem e ficar na frente de uma mentalidade atual como autênticas pioneiras do tempo novo. Vocês também não querem que nem os seus coleguinhas de Direito, trocar bofetões comigo? (Pagu. "normalinhas". *O Homem do Povo*, 1931, n. 8, p. 2).

Esse texto é aquele que torna explícitas tanto a crítica à moral burguesa quanto a formulação do projeto político de Patrícia Galvão em *O Homem do Povo*. A defesa da escritora de um tipo de mulher em ruptura com a moral e os costumes burgueses, que ela identifica nas normalistas como um de seus exemplos mais representativos, aparece de forma contundente. Na coluna, a autora aponta a emancipação social das mulheres e sua libertação das normas morais e religiosas impostas pela sociedade burguesa como caminhos iniciais para o enfrentamento das desigualdades de gênero no período. Também se destaca sua crítica à estrutura familiar tradicional e ao papel desempenhado pela família burguesa na reprodução de valores moralizantes, religiosos e sociais considerados ultrapassados. Para Pagu, ao aderirem a esses modelos, as mulheres da burguesia acabavam por ocupar uma posição secundária e

passiva diante das questões sociais que as cercavam, contribuindo, ainda que involuntariamente, para a manutenção dessas hierarquias. Esta ideia, de alguma forma, está presente em praticamente toda a sua produção dentro do periódico.

Assim como Oswald de Andrade, a escritora dirigiu seus ataques a uma instituição da qual fez parte e que, de certo modo, contribuiu para sua formação. Ao adotarem essa postura, ambos os editores sinalizaram uma ruptura consciente com uma tradição histórica fundamental para a reprodução do poder e para a manutenção dos modos de vida burgueses. Tal gesto, ao questionar instituições consideradas pilares da ordem social, pode ter sido percebido como uma ameaça significativa por essa sociedade. E assim parece ter sido, já que dessa vez, a reação dos estudantes assumiu contornos ainda mais violentos, culminando em uma tentativa de empastelamento do jornal. Jornais da época noticiaram que em meio a confusão Pagu teria efetuado dois disparos para o alto com o intuito de conter os estudantes, embora não haja comprovação definitiva da veracidade dessa informação (“Tentativa de empastelamento do Homem do Povo”. *Folha da Manhã*, 1931, p. 5). Independentemente disso, o episódio de violência resultou no encerramento das atividades da redação de *O Homem do Povo*, o que pôs fim a este projeto editorial de Patrícia Galvão e Oswald de Andrade.

Referências

Fontes:

Arquivo Público do Estado de São Paulo Fundo. Fundo DEOPS/SP. Prontuário 1.053 - Patrícia Galvão)

Impressos:

ANDRADE, Oswald. “As angústias de Piratininga”. *O Homem do Povo*, São Paulo, 9 de abril de 1931, n. 7, p. 1.

ANDRADE, Oswald. “Isto aqui é Coimbra?”. *O Homem do Povo*, São Paulo, 13 de abril de 1931, n. 8, p. 1.

ANDRADE, Oswald. “ordem e progresso”. *O Homem do Povo*, São Paulo, 27 de março

de 1931, n. 1, p. 1.

"A tesoura popular". *O Homem do Povo*, São Paulo, 27 de março de 1931, n. 1, p. 6.

"32 diplomadas pela Academia de Corte Chiquinha Dell'Oso". *Correio Paulistano*, São Paulo, 09 de maio de 1930, n. 23.858, p. 17. Disponível em: Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 19/08/2026.

"Brasil é dos brasileiros?". *O Homem do Povo*, São Paulo, 04 de abril de 1931, n. 5, p. 6.

"Cemitério Nobre". *O Homem do Povo*, São Paulo, 27 de março de 1931, n. 1, p. 6.

"Chegou ao Brasil o nosso maior credor". *O Homem do Povo*, São Paulo, 27 de março de 1931, n. 1, p. 6.

"Freud e o cinema". *O Homem do Povo*, São Paulo, 04 de abril de 1931, n. 5, p. 4.

GALVÃO, Patrícia. "Depois de amanhã Mário de Andrade". *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 23 de fevereiro de 1947, n. 5.787, 3ª seção, pp. 1-4.

K.B.LUDA (*pseud.* Patrícia Galvão). "cinema sexual". *O Homem do Povo*, São Paulo, 09 de abril de 1931, n. 7, p. 4.

K.B.LUDA (*pseud.* Patrícia Galvão). *O Homem do Povo*, São Paulo, 07 de abril de 1931, n. 6, p. 4.

JOAN Crawford. *O Homem do Povo*, São Paulo, 02 de abril de 1931, n. 4, p. 4.

LÉA. G (*pseud.* Patrícia Galvão). "Estrelinhas de S. João". *O Homem do Povo*, São Paulo, 27 de março de 1931, ano 1, n. 1, p. 4.

MALAKABEÇA, Fanika e Kabelluda. *O Homem do Povo*, São Paulo, 27 de março de 1931, n. 1, p. 5.

MALAKABEÇA, Fanika e Kabelluda. *O Homem do Povo*, São Paulo, 02 de abril de 1931, 1931, n. 4, p. 6.

"Na praça da Sé, o diretor e a secretária do 'Homem do Povo' foram agredidos". *A Gazeta*, São Paulo, 09 de abril de 1931, ano XXV, n. 7548, p. 10. Disponível em: Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 19/08/2026.

"O cinema das garotas". *O Homem do Povo*, São Paulo, 09 de abril de 1931, n. 7, p. 3.

"Os acadêmicos de direito deram ontem mais uma prova de seu acendrado civismo". *Diário Nacional: A democracia em marcha*, São Paulo, 7 de abril de 1931, ano IV, n. 1147,

p. 8. Disponível em: Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 19/08/2026.

"Os monopólios". *O Homem do Povo*, São Paulo, 13 de abril de 1931, n. 8, p. 6.

PAGU. "As caveiras e a questão econômica". *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1933, ano IV, n. 1057, p. 17. Disponível em: Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 19/08/2026.

PAGU. "Correspondência". *O Homem do Povo*, São Paulo, 09 de abril de 1931, n. 7, p. 2.

PAGU. "Guris patri-opas". *O Homem do Povo*, São Paulo, 09 de abril de 1931, n. 7, p. 2.

PAGU. "Normalinhas". *O Homem do Povo*, São Paulo, 13 de abril de 1931, n. 8, p. 2.

PAGU. "Saibam ser maricons". *O Homem do Povo*, São Paulo, 07 de abril de 1931, n. 6, p. 2.

PAGU. "Maltus Alem". *O Homem do Povo*, São Paulo, 27 de março de 1931, n. 1, p. 2.

Revista de Antropofagia. *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 24 de março de 1929, 2ª edição, 2º número. In: Acervo Digital Brasileira-USP. Acesso em: 19/08/2026.

SPARTACUS. "Os amigos da Light". *O Homem do Povo*, São Paulo, 02 de abril de 1931, n. 4, p. 3.

"Tentativa de empastelamento do Homem do Povo". Folha da Manhã, São Paulo, 14 de abril de 1931, p.5.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista do Brasil. In: *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [s.d.]. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/partido-comunista-do-brasil>> . Acesso em: 19 ago. 2026.

ANTUNES, Jéssica Ferrada. Modernidade e emancipação feminina nas tirinhas de Pagu. *Darandina Revista Eletrônica*, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1–20, 2019. DOI: 10.34019/1983-8379.2017.v10.28132. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28132>. Acesso em: 23 jan. 2026.

CAMPOS, Augusto de. Notícia impopular de O Homem do Povo. In: ANDRADE, Oswald de; GALVÃO, Patrícia. *O Homem do Povo: coleção completa e fac-similar do jornal criado e dirigido por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu)*. 3. ed. São Paulo: Globo; Museu

Lasar Segall; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CAMPOS, Augusto de. Pagu: vida-obra. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia (org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas/CAPES, 2015. p. 114 -136.

CARONE, Edgard. Revoluções do Brasil contemporâneo (1922–1938). 3. ed. São Paulo: Difel, 1977.

CARRERI, Marcio Luiz. O socialismo de Oswald de Andrade: cultura, política e tensões na modernidade de São Paulo da década de 1930. 2015. Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

FERRAZ, Geraldo Galvão (org.). Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 1).

GALVÃO, Patrícia. Depois de amanhã Mário de Andrade. *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 23 fev. 1947, n. 5.787, 3ª seção, pp. 1–4. In: JACKSON, Kenneth David (org.). *O jornalismo de Patrícia Galvão 1: Pagu e a política (1929–1954)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023. (ebook).

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 5, p. 111-155.

ROCHA, Everardo; LANA, Lúcia. Imagens de Pagu: trajetória midiática e construção de um mito. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 54, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/cjfBxB4njyLTZHKKzBxsS8C/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 19/08/2026.

SANTANA, Camila. Piolin para além do modernismo: modernidade nas décadas de 1920 e 1930. *Revista de História*, São Paulo, n. 181, p. 1–38, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/pt_BR/article/view/196187>. Acesso em: 21/08/2026.

SARAIVA, Samara Akemi. *Das ideias à ação e da ação às ideias: a formação intelectual de Patrícia Galvão (1931-1946)*. 2025. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/items/4fbbfc2d-a9ba-4f9d-9364-4c7c8e3094f4>>. Acesso em: 19/08/2026.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Direito. *O edifício e sua história*. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, [s.d.]. Disponível em: <https://direito.usp.br/patrimonio-historico/f319e2d3b0e2-o-edificio-e-sua-historia->. Acesso em: 22 ago. 2026.

WROBEL, Jasmin. Pagu, quadrista? As “desenhescrivências” de Patrícia Galvão. In: CINTRA, Leda. *Pagu: mutiplural: obra comentada de Patrícia Galvão*. São Paulo: Cintra, 2025, pp. 91–137.

WILLIAMS, Raymond. “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista”. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011a, pp. 43-68.

WILLIAMS, Raymond. “O artista romântico”. In: *Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b, p 54-72.